

## Chega ao Senado a reforma do Judiciário

A súmula vinculante para decisões do STF em matéria constitucional e a instituição de controle externo são alguns dos principais pontos da proposta de reforma enviada pela Câmara dos Deputados



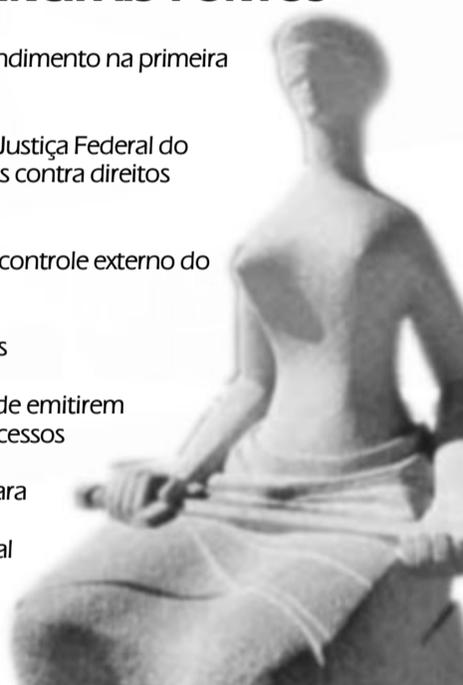
Para Arruda, fundo contra a pobreza foi um dos destaques

**Arruda faz balanço favorável das atividades deste ano**

PÁGINA 8

### OS PRINCIPAIS PONTOS

- Privilégio melhor atendimento na primeira instância
- Transferência para a Justiça Federal do julgamento de crimes contra direitos humanos
- Criação de órgão de controle externo do Judiciário
- Criação de ouvidorias
- Proibição aos juízes de emitirem opinião sobre os processos
- Súmula vinculante para decisões do STF, em matéria constitucional e somente com a aprovação de três quintos do Tribunal.



Com sua aprovação concluída pelos deputados federais, a proposta de reforma do Judiciário chegou ao Senado sexta-feira. O tema já provoca discussão entre os senadores.

Alguns deles, como Ramez Tebet e Roberto Freire, anteciparam que vão se empenhar para que o texto da Câmara seja alterado, de maneira a proibir qualquer tipo de contratação de parentes por parte de membros dos três poderes.

Paulo Souto, ex-relator da CPI do Judiciário, acredita que tal mudança é inevitável. Confirmada a modificação, a reforma voltaria a ser examinada pelos deputados. Também é objeto de grande debate a instituição de órgão de controle externo do Judiciário.

PÁGINA 3

A Comissão Representativa é formada por sete senadores e 16 deputados federais, aos quais caberá responder pelo Congresso Nacional durante o mês de julho

**COMISSÃO RESPONDE PELO CONGRESSO NACIONAL DURANTE O RECESSO**

PÁGINA 3

**Roberto Requião quer moralidade e mais eficiência na gestão pública**

PÁGINA 8



Roberto Requião

**Jucá defende a aprovação do projeto do novo Código Florestal**

PÁGINA 6



Romero Jucá

# Alcântara defende realização de concurso para Abin

Conforme o senador, a medida garantirá a eficiência dos serviços prestados pela Agência Brasileira de Inteligência, que também deve ter um código de ética para balizar a atuação dos agentes do órgão, afirmou

A realização de concurso público para os quadros da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) foi defendida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Segundo disse, a obrigatoriedade do concurso é garantia de que o serviço de inteligência será eficaz. O parlamentar também propôs a criação de um código de ética para a agência, que funcionaria como parâmetro permanente para as ações de seus agentes.

Lúcio Alcântara fez essas considerações ao participar, como convidado, do 1º Encontro da Agência Brasileira de Inteligência no ano 2000, realizado na sede do órgão



O senador Lúcio Alcântara participou de encontro da agência de inteligência realizado em Brasília

em Brasília. Para o senador, o serviço de inteligência nacional "anda

por um bom caminho" e somente através de um treinamento rigoroso de seus agentes, conforme observou, poderá apresentar trabalho compatível com o Estado democrático que a nação deseja.

Apesar de reconhecer que os centros de inteligência, em todo o mundo, constituem-se em núcleos de poder, Lúcio Alcântara en-

tende que é imprescindível haver uma demanda permanente por parte do chefe de governo em relação a todo o sistema, bem como o acompanhamento dessa demanda, a fim de evitar que ajam por iniciativa própria.

— Além disso, o serviço de inteligência deve reportar-se exclusivamente ao chefe de governo, a quem cabe a decisão de compartilhar as informações que recebe com outros auxiliares. As informações devem fluir naturalmente em direção ao presidente da República, evitando-se, com isso, a criação de feudos de informações — advertiu Lúcio Alcântara.

O senador cearense fez um histórico dos centros de informações existentes em vários países, e disse que a Abin tem revelado boa disposição para a convivência com os mecanismos de controle a que está legalmente submetida.

A Abin, além do controle interno exercido pela Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo, está sujeita ao controle externo, que cabe a uma comissão mista do Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União (TCU). É função do Senado, informou ainda o parlamentar, aprovar o nome do diretor-geral da agência.

## Maguito cobra implementação de plano para Entorno do Distrito Federal

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) chamou a atenção, durante pronunciamento, para a necessidade de se implementar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride), resultado de projeto aprovado por 80 senadores e já sancionado pelo presidente da República. Com a Ride deve ser garantida uma ação planejada e unificada para a região, envolvendo os governos federal, de Goiás, do Distrito Federal e de Minas Gerais.

— Esse projeto extraordinário ainda não saiu do papel. O governo federal teria que ser o catalisador de idéias e projetos, o planejador das ações e o provedor da maior parte dos recursos a serem investidos, mas faz de conta que não é com ele — disse Maguito.

O senador citou os problemas urbanos e sociais registrados no Entorno do DF como uma prova da importância da Ride. A cidade que mais cresce no Brasil hoje é Águas Lindas (GO), próxima a Brasília. Num período curto de tempo, o município, sem qualquer



Maguito Vilela ressalta que cidade próxima à capital federal é a que mais cresce em todo o país

infra-estrutura, passou a ter mais de 100 mil habitantes.

— Não há prefeito ou governador que, de maneira isolada, consiga atender a tamanha demanda — disse Maguito.

Conforme o senador, a construção de Brasília ocorreu com muito sacrifício e recursos do povo brasileiro. O desenvolvimento do DF em articulação com o Entorno, disse Maguito, é questão de interesse e responsabilidade nacional, e não se pode admitir que a capital do país reproduza o padrão de desigualdade e injustiça das gran-

des metrópoles brasileiras.

O senador também lembrou a existência de um projeto de lei complementar apresentado em 1998 pelo ex-senador José Saad, prevendo que a União repasse aos municípios dentro da Ride recursos para complementação de vencimentos e salários de servidores públicos nas áreas de saúde, educação e segurança pública. Seria a forma de evitar que os servidores lotados no Entorno migrem para Brasília em busca de melhores salários.

— Infelizmente, esse projeto está engavetado — disse Maguito.



### CARTAS

Endereço:

Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal, Sala 2006  
Brasília - DF - 70165-920

E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Fax: (61) 311-3137 ou (61) 311-3333

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica cartas, faxes e e-mails enviados pelos leitores.

0800 612211 — A Voz do Cidadão

### Imparcialidade é o destaque

"Sou assinante do *Jornal do Senado* e tenho me sentido orgulhoso pela seriedade, imparcialidade e transparência com que a publicação trata as ações políticas desempenhadas pelos parlamentares do Senado Federal.

Gostaria de parabenizá-los, no momento, pela obra *Histórias do Brasil*, que é publicada juntamente com o folheto e tem possibilitado à sociedade brasileira averiguar a impressão daquela Casa Legislativa frente à história deste país."

Marcelo Costa Fadel, Rio de Janeiro (RJ)

### Interesse da sociedade

Através do Sindicato dos Práticos Arrais e Mestres de Cabotagem, com sede em minha cidade, tive acesso às informações do *Jornal do Senado*, que, muito bem editado, traz notícias de interesse da sociedade, sendo de grande importância para a classe sindical, por editar projetos de leis e emendas que refletem na vida dos aposentados e trabalhadores.

Francisco das Chagas Freire de Sousa, Areia Branca (RN)

### Informação sobre o Senado

Temos grande admiração pelo *Jornal do Senado*. Trabalho na Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal e gostaria de ressaltar que esse jornal nos é de grande utilidade, pois, através dele, ficamos a par dos trabalhos realizados pelos nobres senadores.

Dagmar H. Moura, Lagoa Santa (MG)

### Linguagem leve e simples

Venho cumprimentá-lo pelo excelente suplemento *Histórias do Brasil*, inserido como encarte no *Jornal do Senado*, cuja excelência informativa já é de todos conhecida. O referido suplemento possui linguagem leve e simples, sem contudo deixar de transmitir um rico conteúdo de fatos de nosso passado. Verdadeiramente, uma iniciativa louvável.

Aproveito para sugerir matérias sobre alguns grandes nomes do Senado do Brasil como, por exemplo, Bernardo Pereira de Vasconcelos, considerado pelo Barão do Rio Branco como "o pai do parlamentarismo brasileiro".

Gostaria de obter informações sobre o projeto *O Senado na História*.

José Roberto V. Nunes, Câmara Municipal de Comendador Levy Gasparian (RJ)

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Texto da reforma do Judiciário chega ao Senado

Aprovada em junho pela Câmara dos Deputados, proposta traz várias inovações, como a criação do Conselho Nacional de Justiça, e também pontos polêmicos, como a chamada “lei da mordaca”

A reforma do Judiciário, aprovada em junho pela Câmara dos Deputados, chegou na sexta-feira ao Senado. Uma das principais inovações da proposta é a criação do Conselho Nacional de Justiça, órgão responsável pelo controle externo do Judiciário. Composto por 15 membros, o conselho deverá abrigar representantes da magistratura, do Ministério Público, dos advogados e da sociedade civil, estes últimos indicados pelo Congresso Nacional.

A relatora da reforma na Câmara, deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), avalia que, se o controle externo do Judiciário estivesse presente na legislação atual, muitas das irregularidades apuradas pela CPI promovida pelo Senado em 1999 não teriam ocorrido. Outro mecanismo de controle da Justiça previsto é a criação de ouvidorias estaduais que funcionariam como órgãos independentes coletores de denúncias de possíveis irregularidades.

— As ouvidorias serão uma espécie de frente avançada, nos estados, dos conselhos nacionais de Justiça e do Ministério Público. Abre-se, assim, uma possibilidade de serem feitas denúncias envolvendo juízes, que poderão ser levadas aos conse-

lhos — explica Zulaiê.

O substitutivo da deputada é resultado de quase oito anos de discussão da matéria na Câmara e privilegia a melhoria do atendimento na primeira instância. Para isso, cria a obrigatoriedade de cursos para juízes e determina um prazo mínimo de três anos para que os formados em Direito possam ingressar na magistratura. Outro ponto que poderá facilitar o acesso à Justiça é o fim das férias forenses. Atualmente, os tribunais têm dois meses de recesso — no início e no fim do ano.

No entanto, a reforma traz também pontos polêmicos, que deverão ser tema de debates no Senado. Um deles diz respeito ao nepotismo. O Plenário da Câmara derrubou a proibição, constante do substitutivo, da contratação por membros dos três Poderes de parentes para cargos comissionados. Outro item que pode gerar controvérsia é a chamada “lei da mordaca”, presente no substitutivo, que impede os magistrados de emitir opiniões durante o curso dos processos.

## PRINCIPAIS PONTOS DA REFORMA

- Súmula vinculante para decisões do STF, em matéria constitucional e somente com a aprovação de três quintos do Tribunal.
- Os novos juízes deverão ter três anos de experiência obrigatória antes do concurso.
- Cursos de reciclagem obrigatórios para magistrados.
- Fim do recesso anual de dois meses na Justiça.
- Criação de órgão de controle externo do Judiciário, composto de magistrados, advogados e representantes da sociedade.
- Criação de ouvidorias estaduais de Justiça.
- Deslocamento dos crimes contra os direitos humanos para julgamento pela Justiça Federal.
- Proibição aos juízes de emitirem opinião sobre os processos que presidam.

## Senadores já anunciam possíveis mudanças

Antes do início da tramitação no Senado, alguns parlamentares já questionam pontos do texto da Reforma do Judiciário, aprovada pela Câmara. O dispositivo que manteve a permissão para a contratação de parentes por membros dos três Poderes (nepotismo) será, provavelmente, um dos temas de intenso debate. O senador Roberto Freire (PPS-PE), por exemplo, já apresentou dois projetos propondo o fim dessa prática.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) é outro que se posiciona pelo fim do nepotismo. “Acho que deve ser proibido qualquer tipo de contratação de parente”, sustenta o senador, que presidiu a CPI do Judiciário em 1999. “A sociedade já não mais aceita essa questão e, se a reforma passar a admitir isso, positivamente será um retrocesso”. O senador Paulo Souto (PFL-BA), que foi relator da CPI, concorda. “Com a proibição total, pode ser até que façamos alguma injustiça, mas ela é inevitável”, afirma.

Souto também sugere alterações na proposta do Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle do



Freire tem propostas contra a contratação de parentes



Ramez Tebet diz que admitir o nepotismo seria um retrocesso



Paulo Souto defende Conselho de Justiça com menos magistrados

Judiciário. O senador defende uma participação menor dos magistrados no conselho. Ele propõe uma composição de 13 membros — sendo sete juízes —, diminuindo principalmente a participação de ministros de tribunais superiores.

— É oportuno evitar a predominância expressiva da presença de magistrados e, com isso, o risco de corporativismo, suficientemente demonstrado nos casos que a CPI apurou — afirma.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) tem opinião semelhante, mas considera difícil ver aprovado um controle externo com maior peso da sociedade civil. “Sou realista e qualquer tipo de controle já será

um avanço”, observa. “Mas, com a predominância de membros da magistratura, pode não representar controle algum.”

A eventual mudança pelo Senado de dispositivos do substitutivo provocará seu retorno à Câmara. Como a reforma está sendo feita por meio de uma proposta de emenda constitucional (PEC), não há, na sua tramitação no Congresso, a figura da Casa revisora. Projetos de lei originários da Câmara e alterados no Senado retornam para apreciação dos deputados, que mantêm ou não as modificações. No caso das PECs, a matéria pode ficar tramitando entre as duas Casas até que haja consenso.



Senadores deverão iniciar no segundo semestre a discussão da Reforma do Judiciário, aprovada no mês passado pela Câmara dos Deputados

## Comissão representa o Congresso Nacional durante o recesso

A Comissão Representativa, formada por sete senadores e 16 deputados, responde pelo Congresso durante o mês de julho, enquanto deputados e senadores estão em recesso. Entre suas atribuições, inclui-se a convocação de ministros de Estado, em casos de urgência e relevância. Além disso, pode deliberar sobre convênio ou acordo internacional, quando o término do prazo no qual o Brasil deva se manifestar ocorrer durante o período de recesso ou nos dez dias úteis subsequentes a seu término.

A comissão representativa, instituída pela Constituição de 1988 e regulamentada em 1990 por resolução do Congresso, funciona nos recessos de final de ano, entre 15 de dezembro a 15 de fevereiro, e do mês de julho. A comissão não perde suas atribuições quando o Congresso é convocado extraordinariamente, uma vez que, nesse caso, Câmara e Senado se limitam a apreciar e votar as matérias da pauta da convocação, cabendo à comissão as demais funções do Poder Legislativo que tenham caráter de urgência.

Pelo Senado foram eleitos para

integrar a comissão Nabor Júnior (AC), Maguito Vilela (GO) e Mauro Miranda (GO), do PMDB; Carlos Patrocínio (TO) e Bello Parga (MA), do PFL; Geraldo Melo (RN), do PSDB, e Lauro Campos (DF), do Bloco Oposição. A presidência da comissão caberá a Patrocínio.

Pela Câmara, foram eleitos os deputados Juquinha, Maria Abadia, Roberto Jefferson e Ubiratan Aguiar, do Bloco PSDB-PTB; Eunício Oliveira, Jorge Pinheiro e Pedro Chaves, do Bloco PMDB, PST e PTN; Aracely de Paula, Kátia Abreu e Paes Landim, do PFL; Geraldo Magela e Pedro Celso, do PT; Márcio Reinaldo Moreira e Wigberto Tartuce, pelo PPB; Fernando Coruja, do PDT; e Djalma Paes, do Bloco PSB e PC do B. A vice-presidência da comissão caberá a Ubiratan Aguiar.

Por decisão dos presidentes da Câmara, Michel Temer, e do Senado, Antonio Carlos Magalhães, foi implementada uma vaga extra, para acomodar os partidos políticos que não participam do rodízio para integrar as comissões permanentes, mas atuam nas temporárias. Para essa vaga foi indicado o Bispo Rodrigues, do PL-RJ.

# Responsabilidade fiscal é divisor na história do país, avalia Rocha

As novas regras para os gastos na administração pública e que entraram em vigor em maio poderão representar “um dos fundamentos para uma expansão econômica duradoura”, segundo o senador

Entre as matérias aprovadas no primeiro semestre, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) ressaltou a importância da Lei de Responsabilidade Fiscal que entrou em vigor no início de maio. Em sua avaliação, a legislação criada para regular a atuação dos administradores públicos brasileiros poderá representar um dos fundamentos para uma expansão econômica duradoura.

Para o senador, a lei será capaz de facilitar a ocorrência de um crescimento sustentado da economia do país, por ter sido estabelecido mecanismo que impedirá os dispendios sistematicamente superiores às receitas, o que, afirmou, “sempre foi prática recorrente na administração pública”.

— A Lei de Responsabilidade Fiscal será um autêntico marco divisor na história política do país e, também, um dos fundamentos do nosso crescimento sustentado, pois o controle das contas públicas é uma das condições para juros baixos, crescimento sem inflação, estrutura tributária justa e estável e credibilidade perante os



Sebastião Rocha: o fiel cumprimento da lei conduzirá o país a um ajuste fiscal permanente

investidores internacionais — sintetizou o senador.

O parlamentar considerou os pontos merecedores de destaque na nova lei: a transparência da gestão e a limitação para os gastos com pessoal e endividamento público, para cada um dos três poderes.

Sebastião Rocha destacou também outros dispositivos da lei, como a determinação de que os administradores públicos definam metas fiscais para os três exercícios seguintes, a proibição de criarem despesas continuadas sem

que seja indicada fonte de receita e a proibição de contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) no último ano de mandato do gestor.

— O fiel cumprimento dos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal conduzirá o país a um ajuste fiscal permanente — assegurou.

Sebastião Rocha observou ainda que a lei terá papel relevante no planejamento orçamentário, já que a Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá ser elaborada respeitando não apenas o que determina a Lei

de Diretrizes Orçamentárias (LDO), mas também os parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Outras conseqüências favoráveis, segundo o senador, deverão ser o disciplinamento da dívida pública, das operações de crédito e da concessão de garantias, a proibição do socorro financeiro por parte do governo aos maus administradores e a exigência de utilização de procedimentos transparentes na gestão fiscal. Serão necessárias também, apontou, a divulgação das contas públicas e a definição, constante na lei, das sanções a que estão sujeitos aqueles que não cumprirem as novas regras.

— O esforço do Congresso na apreciação da matéria foi objeto de reconhecimento do próprio presidente da República. O empenho dos poderes Legislativo e Executivo em dotarem o Brasil de uma lei disciplinadora da gestão fiscal evidencia que a nação deseja consolidar a estabilidade econômica e lançar as bases para o desenvolvimento sustentado — concluiu Sebastião Rocha.



Jonas Pinheiro considera que taxas atuais comprometem a agricultura no Norte, Nordeste e Centro-Oeste

## Acordo reduzirá juros de fundos constitucionais, anuncia Jonas

Apesar das carências do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os fundos constitucionais criados para acelerar o desenvolvimento dessas regiões estão com recursos sobrando. A informação é do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Segundo disse, os juros dos fundos são mais altos que as taxas cobradas pelos bancos para empréstimos à agricultura.

O senador anunciou acordo firmado entre os integrantes da comissão mista encarregada de analisar a medida provisória que trata do assunto e representantes do governo federal para resolver o problema dos juros altos. Até que projeto de conversão reduzindo as taxas seja aprovado, todas as dívidas terão seu vencimento prorrogado para 16 de outubro deste ano, informou Jonas Pinheiro. Enquanto os agricultores brasileiros estão pagando juros de 8% em seus financiamentos, os créditos dos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm entre 9% e 16% de juros, disse Jonas Pinheiro.

O problema dos juros altos persistiu durante toda a década de 90. De início, o custo incluía a taxa de juros mais a correção pela Taxa Referencial (TR). O prejuízo para os tomadores foi grande, explicou Jonas Pinheiro, e o governo passou a cobrar juros e a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), menor do que a TR. Assim mesmo, os prejuízos continuaram e o governo mudou novamente as regras. Saiu a TJLP e entrou o Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM).

— Aí veio a mudança do câmbio e o IGPM, que em 98 variou menos de 2%, em 1999 subiu mais de 21%, tornando inviável o pagamento dos empréstimos e exigindo uma solução. O governo estabeleceu então apenas uma taxa fixa de juros. Mas aí os juros da agricultura em geral baixaram para 8%, enquanto os créditos dos fundos constitucionais estão cobrando entre 9% e 16%.

## Maria do Carmo aponta lentidão para reativar construção civil

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) condenou a lentidão do governo na reativação da construção civil no país. Segundo disse, o setor é a atividade que mais absorve mão-de-obra pouco qualificada e menos aproveitada na economia moderna, além de ser o que menos pressão exerce na balança comercial, já que praticamente não envolve importação.

— O governo, embora tenha consciência de todos esses fatos, age de forma lenta. Há tempos, alega estar estudando medidas para reativar o setor, mas, como sempre, a visão monetarista da equipe econômica cria todo tipo de dificuldades para atender às promessas do presidente Fernando Henrique Cardoso em repetidos pronunciamentos — afirmou a senadora.

Maria do Carmo listou suges-

tões de medidas que, segundo disse, dispensam gastos do Tesouro Nacional e podem reativar o setor, como a revitalização do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) por meio de ações de caráter administrativo. Para a senadora, o grande problema nos empréstimos de longo prazo no Brasil é o sistema da Tabela Price associado à correção monetária, fazendo com que o saldo devedor dos empréstimos aumente sempre em relação ao valor inicial da dívida.

A senadora explicou que esse tipo de cálculo provoca nos compradores de imóveis a sensação de terem sido enganados, pois pagam as parcelas com grande dificuldade e o saldo devedor aumenta durante quase todo o período do contrato. “Além disso, em caso de dificuldade financeira torna-se inviável a venda do imóvel e a recuperação do valor pago, pois



Maria do Carmo lembra que o setor consegue absorver mão-de-obra pouco qualificada

ninguém assume dívidas que superem o valor de mercado do imóvel”, assinalou.

Para Maria do Carmo, a solução seria adotar o Sistema de Amortização Crescente (Sacre), em que, mensalmente, uma parcela constante da dívida é amortizada. Por esse sistema, explicou a senadora, a cada pagamento o saldo devedor diminui, permitindo que numa dificuldade financeira do mutuário o imóvel possa ser vendido ou o empréstimo possa ser repassado a outro interessado, garantindo que o mutuário recupere

o valor pago até então.

A senadora sugeriu ainda a criação de leis proibindo que os recursos de um empreendimento sejam desviados de sua finalidade e que, em caso de falência, a obra seja concluída e entregue aos compradores. Para a inadimplência, a senadora sugeriu a contabilização dos valores pagos pelo mutuário dentro do próprio contrato de empréstimo numa conta de reserva para amortização, que seria atualizada monetariamente e receberia crédito de juros pela mesma taxa contratual.

# Geraldo Cândido lembra Revolta da Chibata

Parlamentar critica a omissão sobre a história do levante de marinheiros deflagrado em 1910 e afirma que o episódio foi fundamental para melhorar o tratamento a eles dispensado pelos oficiais da Marinha brasileira

A história do Brasil é, em grande medida, “uma história de injustiças sobre injustiças”, afirmou o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) ao homenagear João Cândido, líder da Revolta da Chibata, levante de marinheiros ocorrido em 1910. Segundo o senador, a situação da Armada nacional na época espelhava de forma amplificada séculos de hierarquia, e nenhuma mudança visível parecia ali ter-se dado, mesmo após a Abolição, imperando entre oficiais e marinheiros o mais profundo abismo.

— As práticas de castigos corporais, o mais aviltante dos quais era a chibata, eram realizadas sem nenhum critério — prosseguiu.

O senador afirmou que a maioria das tentativas de “enfrentar a arrogância dos poderosos” foi massacrada. Mas, o levante de João Cândido, ao contrário, levou à su-



Segundo Geraldo Cândido, a revolta levou à supressão do castigo da chibata

pressão do castigo da chibata. “Precisamente por isso, não escaparam à fúria das autoridades nacionais, abatendo-se sobre os sobreviventes a mais feroz repressão”, disse, acres-

centando que João Cândido e seus companheiros “amargaram décadas de injustiça e perseguições”.

— A censura que se abateu sobre a história de João Cândido durante todo o século 20 foi total. Enquanto teve condições para isso, o sistema atuou no sentido de proibir a mínima menção de seu nome, ou do título que recebeu, o de Almirante Negro, pela competência com a qual manobrou a esquadra na baía de Guanabara. A aparição do herói de 1910 nos dramáticos eventos da revolta dos marinheiros de 1964 nos explica uma das razões dessa censura — afirmou.

Para Geraldo Cândido, o regime militar iniciado em 1964 provou que “o quadro de desrespeito e injustiça continuava presente na Marinha de Guerra e mantinha íntima relação com a situação geral de arbítrio e exploração do país”.

## Tuma registra homenagem a Alfredo Narchi

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) fez um registro da homenagem prestada pelo Club Homs à memória do empresário Alfredo Narchi, no último dia 29. O empresário paulista morreu em 28 de abril, aos 80 anos.

— Alfredo Narchi, ilustre personalidade de empresário exemplar, chefe de família dotado de virtudes sociais inegáveis, honrador de suas raízes, sorriso permanente e afável, pois nunca alterava a voz, a honestidade, a honradez e, acima de tudo, o amor ao seu semelhante — lembrou o senador.

Tuma disse que Narchi prestou inestimáveis serviços à comunida-

de onde viveu, o bairro da Liberdade, e ocupou cargos importantes como a vice-presidência da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, além de ter participado das diretorias do Sesc e do Senac, de 1972 até 2000.

— Nas entidades filantrópicas, sociais e esportivas, pois desde sua juventude foi esportista no Clube Indiano e no Esporte Clube Sírio, ambos na capital de São Paulo, ocupou inúmeros cargos, como conselheiro de ambos, e tinha carinho todo especial pelo Club Homs, cujo nome homenageia a cidade de nascimento de seus pais, Homs, na Síria — destacou.



Conforme Tuma, Narchi foi diretor do Sesc e do Senac durante quase 30 anos

## Alcântara destaca edição cearense da *Gazeta Mercantil*

Saudando o segundo aniversário do encarte diário para o Ceará do jornal *Gazeta Mercantil*, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que a publicação merece elogios da sociedade cearense. “O encarte é uma fonte segura de informações e análises, sobretudo na área econômica”, ressaltou.

Em sua opinião, acompanhando a qualidade e a credibilidade da *Gazeta Mercantil*, essa edição regional tem o reconhecimento dos leitores cearenses, notadamente os do meio empresarial e os profissionais liberais. “Essa aceitação, que se repete Brasil afora, é um prêmio a que a *Gazeta* faz jus e, ao mesmo tempo, um reco-

nhecimento pelos serviços que vem prestando à sociedade brasileira, no momento em que completa 80 anos de fundação.”

Conforme Lúcio Alcântara, desde sua fundação, a *Gazeta* pautou-se em quatro princípios básicos que definem seu compromisso com a verdade e seu peso na sociedade brasileira: informar com isenção e independência; formar opinião com responsabilidade; servir ao país; e influir nas decisões políticas e econômicas da administração pública e da empresa privada.

O senador também disse que, em sua trajetória octogenária, a *Gazeta Mercantil* destacou-se pelo pioneirismo e pela inovação. “Os lei-

tores dos primeiros boletins mimeografados, de circulação restrita no centro financeiro de São Paulo, jamais imaginariam que, algumas décadas depois, a *Gazeta* teria edição nacional transmitida simultaneamente por satélite ou pelo sistema Internet”, comentou o parlamentar.

Ele informou ainda que, a exemplo do que acontece em outros estados, o encarte regional do Ceará tem-se associado a diversos projetos de interesse social, entre eles, convênio celebrado com a Universidade Regional do Cariri, para viabilizar a expansão e a modernização do Museu de Paleontologia local.



“Foi uma conquista mas, de forma nenhuma, uma vitória de um homem só”, disse Patrocínio

## Carlos Patrocínio ressalta importância da criação da Universidade do Tocantins

Reportando-se aos gregos e à vitória do soldado Fídípedes numa corrida pedestre que deu origem à maratona, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) anunciou como uma conquista para o seu estado o anúncio pelo presidente Fernando Henrique Cardoso da criação da Universidade Federal do Tocantins. “Sem dúvida foi uma conquista, mas, de forma nenhuma, uma vitória como a de Fídípedes, uma vitória de um homem só”, afirmou.

Patrocínio informou que todos os que lutaram por essa universidade foram importantes e, de certa forma, insubstituíveis. Disse que cada um empregou os recursos de que dispunha para manter vivo esse ideal. “Cada um esteve à altura do que dele esperava aquela população. E tamanho foi o entusiasmo que contagiou inclusive os membros deste Plenário, que

não se omitiram quando sua ajuda foi solicitada”, afirmou o parlamentar.

Ele registrou que a primeira proposição autorizando o governo federal a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins foi de autoria do então deputado Siqueira Campos, que, em 1983, propôs a criação do estado do Tocantins.

Carlos Patrocínio narrou todos os esforços realizados para concretizar essa reivindicação e lembrou os inúmeros pronunciamentos realizados em favor desse projeto. “Finalmente, a tocha carregada por tantos batalhadores acendeu a pira da esperança em terras tocantinenses”, disse ainda o parlamentar. E informou ser com profunda emoção que resumia todo o seu sentimento em uma só palavra: “vencemos”.

**TV Senado**  
Política e muito mais  
Cultura

**TV SENADO**  
Você no cenário da política nacional

Subsecretaria de Projetos Especiais - INCEM

## Bezerra reivindica apoio para cacauicultura em MT

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) reivindicou do governo federal as providências necessárias à implementação do Programa de Expansão da Cacauicultura e outros Cultivares. O senador acredita que o programa permitirá ao estado de Mato Grosso realizar mudanças rápidas em seu processo produtivo, para diminuir as diferenças que o separam de outras unidades da Federação.

Carlos Bezerra informou que o programa será implementado na região norte do estado, em quatro etapas, abrangendo nove municípios. Sua efetiva implantação envolverá várias entidades federais, como a Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacauera (Ceplac), universidades, prefeituras, sindicatos rurais de produtores e trabalhadores.

A expectativa do senador é de que os quatro projetos gerarão 70 mil empregos diretos e 70 mil indiretos, um valor de produção de cerca de R\$ 58 milhões, com geração de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da ordem de R\$ 12 milhões. As metas serão implementadas em três anos, de 2001 a 2003, e têm como objetivo principal atender aos mini e pequenos produtores, além de cacauicultores tradicionais do estado.

## Senador defende esforço para resolver escoamento da safra

Uma coordenação de esforços entre autoridades federais e estaduais para solucionar os problemas detectados na malha rodoviária que corta Mato Grosso foi defendida pelo senador Carlos Bezerra. Ele explicou que boas estradas são fundamentais para o estado, que, voltado para a agricultura e a pecuária, pode ter o escoamento de sua produção comprometido.

— Tão imprescindível quanto a assistência técnica, a extensão rural, a tecnologia, a produção, a colheita e a armazenagem, a infraestrutura de transportes necessária ao escoamento das safras, tempestivo e economicamente viável, representa atualmente o grande problema da economia agrícola estadual — opinou Carlos Bezerra.

Mesmo reconhecendo que a escassez de recursos obriga o governo federal a priorizar ações e realizar cortes no seu Orçamento, Carlos Bezerra alertou que esta diminuição de recursos tem que ser minimizada no setor de trans-



Bezerra espera que os quatro projetos gerem 140 mil empregos, entre diretos e indiretos

— Durante as etapas, serão observados os aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais predominantes na região como um todo e a melhor dimensão político-estratégica com o objetivo de transformar Mato Grosso em pólo importante da cacauicultura nacional — afirmou Bezerra.

Segundo o senador, para o pleno êxito do programa é fundamental a eletrificação do interior do estado, através da conclusão da usina termelétrica de Cuiabá, hidrelétricas de Manso, da Eletronorte, Itiquira, em parceria com a Inepar, e Centrais Elétricas Mato-Grossenses (Cemat), com a privatização já efetivada. Também os corredores ferroviários precisam de expansão e modernização.

portes, “um dos pilares básicos da vida econômica”. Ele explicou que o crescimento dos custos da safra, gerado pela má condição das estradas, pode comprometer os preços dos alimentos, inclusive os da cesta básica.

Carlos Bezerra reconheceu que o Ministério dos Transportes tem implementado mudanças positivas na política de gestão dos transportes rodoviários, entre as quais a implantação do sistema de gerenciamento direto das obras conveniadas, pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DNER). Ele explicou que a medida tem proporcionado sensíveis aumentos na produtividade do uso de recursos e redução nos prazos previstos de execução das obras.

Analisando a atuação do governo de Mato Grosso, Carlos Bezerra disse que a malha estadual, responsável pela ligação da maioria dos municípios, merece uma avaliação entre ruim e péssima, de acordo com os padrões técnicos de aferição de trafegabilidade de rodovias.

# Jucá pede a aprovação do novo Código Florestal

Para senador, nova legislação representa um avanço significativo no combate à exploração indevida do patrimônio natural do país

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) fez um apelo aos parlamentares pela aprovação imediata do novo Código Florestal, ressaltando que a nova legislação representa um avanço significativo no sentido de dotar as autoridades de instrumentos adequados para o combate à exploração ilegal do patrimônio natural brasileiro. O senador acrescentou que “há toda uma confluência de fatores que indicam a oportunidade da votação da matéria”, já que o país vem demonstrando preocupação com o meio ambiente.

Jucá lembrou que em maio o Conselho do Fundo Global do Meio Ambiente da ONU aprovou a concessão de empréstimo de US\$ 30 milhões, a fundo perdido, para o Projeto de Expansão e Consolidação do Sistema de Áreas Protegidas da Amazônia, com o objetivo de proteger pelo menos 10% dos diferentes biomas ou conjunto de comunidades de vegetais. Outra iniciativa citada por Jucá foi o anúncio, pelo ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, da redução em dois pontos percentuais da devastação da floresta amazônica

entre 98 e 99.

Para o senador, o novo Código Florestal, em tramitação no Congresso, formulado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), tem uma proposta de caráter bastante inovador, já que tece novos conceitos, firma compromissos e estimula práticas produtivas.

— A proposta amplia o conceito de áreas de preservação permanente, incorpora à reserva legal funções de uso ambiental e permite aos indígenas manejar os recursos de suas próprias reservas — explicou.

## Elogios a investimentos em energia

O programa de investimentos do governo em energia, que promete revitalizar o setor e garantir o crescimento da economia do país, foi elogiado na sexta-feira pelo senador Romero Jucá. Ele lembrou a preocupação, demonstrada nas últimas semanas por diversas associações empresariais, de que houvesse racionamento de energia nos próximos meses ou anos. De acordo com Jucá, as causas seriam o aquecimento da economia, o aumento do consumo e os baixos investimentos governamentais.

— Esses fatores estariam fazendo convergir, perigosamente, a curva da produção nacional de energia e do consumo, trazendo a ameaça de apagões e de racionamento. No entanto, há fortes indicações de que esses medos sejam exagerados. O governo preparou um ambicioso e plenamente viável programa de investimentos no setor elétrico, negociando com a iniciativa privada e atraindo seu interesse e seus recursos



Romero Jucá espera que investimentos eliminem riscos de racionamento e apagões apontados por entidades empresariais

— disse o senador.

### TERMELÉTRICAS

O senador mencionou a construção, nos próximos quatro anos, de 27 centrais geradoras termelétricas, várias delas com gás natural da Bolívia e da Argentina. Segundo Romero Jucá, essas termelétricas, construídas a partir deste ano, agregarão 12 mil megawatts à capacidade de produção brasileira.

O parlamentar listou ainda algumas das providências do governo para a região Norte, como a construção de gasodutos para o

aproveitamento do gás de Urucu, de linha de transmissão de alta tensão de 500 quilômetros, de uma termelétrica de 65 megawatts e várias hidrelétricas, em um total de 103 megawatts. Em Roraima, a interligação com a usina de Guri, na Venezuela.

— O governo federal não está de braços cruzados na questão de energia, muito pelo contrário. Está criando as condições para que o Brasil possa dar um novo salto na produção e no consumo de energia elétrica — garantiu.

A VOZ do CIDADÃO

A Voz do Cidadão é um canal de comunicação gratuito entre você e o Senado Federal

Participe!

0800 612211

VOCÊ LIGADO NO SENADO FEDERAL

www.senado.gov.br - e-mail: cidadao@senado.gov.br

Subsecretaria de Projetos Especiais - NC&M

# Ademir aponta avanços nos dez anos do Estatuto da Criança

Ele afirma que a lei trouxe inovações importantes, embora persistam problemas como o extermínio de menores e as rebeliões nas Febems

Neste mês de julho, o país estará comemorando 10 anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O registro foi feito pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), que apontou os avanços na legislação e nas políticas públicas para o setor, mas chamou a atenção para os problemas que ainda existem.

— A sociedade precisa proporcionar um tratamento digno ao enorme contingente populacional de crianças e adolescentes pobres do país — frisou Ademir.

O senador observou que se trata de uma lei “gerada e amadurecida no seio da sociedade”, e que trouxe “uma mudança radical na concepção de políticas direcionadas para a infância e para a adolescência”. Destacou que o estatuto já serviu de modelo de legislação para mais de quinze países.

Ademir lembrou que o ECA substituiu o antigo Código de Menores que, segundo ele, possuía uma concepção repressiva, policialesca e assistencialista. A nova legislação “supera a visão impregnada da lei anterior, que na própria expressão ‘menor’ trazia uma conotação de cidadania negativa, que tinha um sentido de marginalizar, vigiar, punir e reprimir”, garantiu.

Entre os problemas que persis-



Para Ademir, o estatuto substituiu a “concepção assistencialista e repressiva” do Código de Menores

tem, Ademir citou a dificuldade para a implantação de programas e ações dentro do espírito da nova lei, as deficiências estruturais das instituições encarregadas de cuidar dos menores — como provam as constantes rebeliões nas unidades da Febem, principalmente em São Paulo — e ainda as denúncias de ação de grupos de extermínio de adolescentes.

O senador disse também que considera um equívoco a idéia, defendida por alguns parlamentares, de reduzir a responsabilidade penal de 18 para 16 anos. “Isto

é um grande equívoco, está mais do que provado que a punição pura e simples não é um fator de diminuição da violência”, salientou.

Ademir ressaltou que, apesar das recentes reduções das taxas de mortalidade infantil no Brasil, os índices permanecem altos, principalmente em comparação com os de outros países. O índice brasileiro previsto para este ano é de 35,3 crianças mortas por grupo de mil nascidas. “O Brasil está em uma situação bastante inferior, não apenas em relação ao Primeiro Mundo, mas também em relação a países até mais pobres do que nós”, observou o senador, ao apontar os números melhores da Venezuela (21,4), do México (23,9) e do Uruguai (17,7).

— Claro que não é apenas com a adoção de uma legislação moderna e eficiente que se enfrenta o problema da criança e do adolescente no Brasil. São necessárias mudanças estruturais e de prioridades. Enquanto o governo não der prioridade ao setor social e não investir em infra-estrutura, educação e saúde, cuidar do desenvolvimento interno e da geração de empregos, continuaremos a conviver com índices sociais próprios de Terceiro Mundo — disse Ademir Andrade.

# Provão melhora nível das universidades, afirma Ribamar Fiquene

O senador Ribamar Fiquene (PFL-MA) elogiou os resultados do Exame Nacional de Cursos, mais conhecido como Provão, que, segundo ele, proporcionaram uma melhoria no nível das universidades brasileiras. Fiquene lembrou a rejeição com que o sistema foi recebido, há quatro anos, enquanto “hoje é um sucesso inquestionável”.

Entre as principais melhorias conseguidas pelo Provão, destacou Fiquene, está a maior qualidade na titulação de professores. Segundo o Censo de Ensino Superior de 1999, disse o senador, o número de profissionais com mestrado subiu 23% em dois anos e o total de professores com doutorado aumentou qua-

se 30% no período.

A última edição do exame avaliou 214.924 estudantes, e prestá-lo passa a ser condição obrigatória para a obtenção do diploma. São avaliados alunos das últimas séries dos cursos superiores, definidos anualmente pelo Ministério da Educação. Segundo Fiquene, doze cursos estão na iminência de ser fechados pelo ministério. “O Provão tem imperfeições, mas nenhuma boa faculdade foi classificada como péssima e nenhuma péssima virou boa”, afirmou. O senador considera a margem de erro do Provão “mais do que aceitável”, lembrando que antes não havia critério nenhum.

— Os relatórios do Exame Nacio-



Fiquene lembra a rejeição inicial e diz que hoje o Provão é “um sucesso inquestionável”

nal de Cursos fornecem subsídios para que o Ministério da Educação desempenhe com maior segurança as suas atribuições legais, zelando pela qualidade do ensino brasileiro — afirmou, lembrando que a avaliação de faculdades é comum em outros países, como os Estados Unidos.

# Lúcio Alcântara elogia expansão do ensino superior

As medidas tomadas pelo governo para expandir e elevar o padrão de qualidade do ensino superior foram elogiadas pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao registrar a publicação do estudo *Enfrentar e Vencer Desafios*, do Ministério da Educação (MEC).

A partir da constatação de que o ingresso tardio de muitos estudantes na universidade era consequência direta das altas taxas de distorção idade/série, chegando a 53,9% no ensino médio, e como a expansão do ensino superior estava vinculada à alteração desse quadro, o governo concluiu pela necessidade de políticas voltadas para a melhoria dos níveis de ensino de 1º e 2º graus, explicou o senador.

— O governo adotou a estratégia de dar prioridade ao ensino fundamental por entender que isso causaria “um crescimento explosivo” no ensino médio, que teria como consequência o aumento da pressão social por mais vagas no ensino superior — disse Alcântara.

Os resultados obtidos nos últimos cinco anos comprovam o acerto das medidas tomadas, afirmou o senador. Entre 1994 e 1999, o número de matrículas no ensino médio teve um crescimento recorde de 57%. Em consequência, houve um significativo aumento de pressão sobre o ensino superior, verificando-se um novo período de expansão desse nível de ensino a partir de 1995. As matrículas no ensino superior chegaram a 424 mil entre 1994 e 1999, e em 1998 havia 2,1 milhões de alunos nas universidades, um acréscimo de 28% em relação a 1994.

As mudanças também atingiram o ensino superior privado, disse o senador, apontando um movimento de interiorização e de correção de desequilíbrios regionais. Cerca de um terço do crescimento da oferta de vagas ocorreu nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, destacou. A reformulação do Conselho Nacional de Educação também foi considerada importante por Alcântara.

## Fala, Cidadão

Nesta seção, o Jornal do Senado publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para:



José Carlos, de Brasília (DF), pergunta

Regina Célia Peres Borges, diretora-executiva do Prodasen, responde

Caro José Carlos, sua pergunta sobre o programa Interlegis é uma oportunidade especial para esclarecer a outros cidadãos sobre sua importância, em particular, sobre as vantagens para a sociedade e para o cidadão.

O Interlegis é a Comunidade Virtual do Poder Legislativo, que consiste de uma rede de comunicação e informação entre os parlamentares de todo o país. O objetivo central dessa comunidade é o fortalecimento do poder legislativo, contribuindo para a consolidação do processo democrático brasileiro. O Prodasen é o órgão responsável pela implantação do Interlegis.

Utilizando-se do ambiente da Internet, o Interlegis pretende interligar todas as Casas legislativas do país, instalando estações de trabalho em 2.500 municípios. Por meio de uma rede privada, serão interligadas as assembleias legislativas dos estados e do Distrito Federal. Cada uma, além do Senado, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União (TCU), vai receber infra-estrutura para videoconferência e, ainda, de 15 a 20 microcomputadores que servirão de base para o treinamento de parlamentares e de servidores e para o desenvolvimento de sistemas.

Portanto, como você pode observar, caro José Carlos, as Casas legislativas recebem diversos equipamentos e, também, treinamento, assistência técnica e programas de computador. Com esses instrumentos, estarão muito mais próximas da sociedade, ressaltando a eficiência e a transparência do Poder Legislativo e o fomento da cidadania. O cidadão terá muito mais informações sobre seus representantes, podendo melhor fiscalizar, analisar, criticar, sugerir e acompanhar o mandato do parlamentar que ajudou a eleger. O Interlegis abre perspectivas para uma intensa e cada vez maior participação do cidadão nas decisões do Poder Legislativo. Para mais informações, José Carlos, verifique pela Internet o endereço [www.interlegis.gov.br](http://www.interlegis.gov.br). Outras informações podem também ser obtidas pelo endereço eletrônico: [informa@interlegis.gov.br](mailto:informa@interlegis.gov.br).



Machado: proposta acaba com círculo vicioso na destinação de recursos para saúde

## Vinculação de recursos para saúde tem apoio de Machado

Ao aplaudir a proposta de emenda constitucional que vincula verbas federais, estaduais e municipais para a saúde, o líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), afirmou que a proposta vai acabar com o círculo vicioso que se instalou no país. “Quando o governo federal aumenta os investimentos em saúde, estados e municípios reduzem suas fatias, criando a necessidade de a União arcar com verbas emergenciais”, explicou.

Segundo Machado, a PEC já aprovada em primeiro turno no Senado não quer onerar estados e municípios. Por isso, estabelece, inicialmente, para os estados e municípios, percentuais de 7%, que, segundo estimativas do Ministério da Saúde, representam investimentos médios realizados no ano passado. No prazo de cinco anos, esses gastos terão que atingir 12% para estados e 15% para municípios. Quanto ao governo federal, os recursos terão que crescer de acordo com o PIB.

O senador reconheceu que vários estados e municípios já destinam parcelas até maiores do que os pisos estabelecidos pela PEC, “mas alguns não têm qualquer compromisso com o atendimento da saúde”, disse. Por isso é preciso estabelecer patamares mínimos para que as esferas que ainda não o fazem comecem a investir mais, observou.

Ao concluir seu pronunciamento, Sérgio Machado afirmou que o Brasil já conseguiu avanços significativos na redução da mortalidade infantil, metas de vacinação e até erradicação da paralisia infantil. Mas é preciso incrementar programas melhores na área de prevenção de doenças, como o Médico de Família, perpetuar os hábitos de higiene e manter o caráter curativo dos hospitais e centros de saúde.

# Arruda faz balanço positivo e afirma que Senado inicia recesso com dever cumprido

Propostas que criaram fundos de combate à pobreza e de universalização de serviços de telecomunicações foram citadas pelo senador como exemplos do “alto nível de produtividade”

O líder do governo no Senado, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), destacou a criação do Fundo de Combate à Pobreza e do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação (Fust) como exemplo do alto nível de produtividade do Congresso neste primeiro semestre. Arruda acredita que o Senado inicia o recesso certo de ter cumprido seu dever com coragem e determinação, mesmo diante de situações polêmicas.

Arruda iniciou sua avaliação sobre as atividades legislativas citando a aprovação da proposta de emenda constitucional que criou o Fundo de Combate à Pobreza. “O Senado atendeu a um reclamo da sociedade e criou um fundo cujos recursos terão uso restrito a projetos de erradicação da miséria no país”, comentou. Ainda na área social, o senador tucano lembrou a aprovação da pro-



Arruda destacou também a aprovação da emenda que vincula recursos para a saúde

posta de emenda constitucional que vincula as dotações orçamentárias para o setor de saúde em nível federal, estadual e municipal.

Outra iniciativa de caráter social citada por Arruda foi a instituição do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação (Fust). “Esse fundo vai tirar R\$ 800 milhões por ano das operadoras,

permitindo que o poder público leve a telefonia a vilarejos com mais de 100 casas ou 300 habitantes”, explicou. Além do Fust, o líder governista lembrou a aprovação dos fundos de tecnologia, “um passo importante para a modernização do Estado”, a partir do reforço nos investimentos para a pesquisa científica.

Entre os projetos que podem mudar o Estado brasileiro, José Roberto Arruda listou aqueles que regulamentaram a reforma administrativa, criando, inclusive, carreiras típicas de Estado, e autorizaram empréstimo externo para o reaparelhamento do Ministério da Defesa. Quanto aos serviços concedidos à iniciativa privada, Arruda citou a criação da Agência Nacional de Águas (ANA).

Outros pontos importantes do semestre para o Legislativo foram citados por Arruda: aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal; da

DRU (Desvinculação de Receitas da União); da tipificação dos crimes contra a Previdência Social e da LDO para 2001. Os estados também foram beneficiados por propostas acatadas pelo Senado no primeiro semestre de 2000, como as que definiram novos termos na renegociação da dívida, o parcelamento dos precatórios judiciais em dez anos e a revisão da Lei Kandir.

Os senadores Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Carlos Bezerra (PMDB-MT) elogiaram o balanço positivo e a atitude de Arruda. Enquanto Jonas assinalou a importância do acatamento dos projetos relativos à armazenagem e classificação de produtos agrícolas e à destinação adequada de embalagens vazias de agrotóxicos, Bezerra afirmou que “o conjunto de leis aprovado demonstra que o Legislativo está atento à modernização do país”.

## Projetos visam restaurar moralidade, diz Requião

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) chamou a atenção para uma série de projetos de sua autoria visando à melhoria dos padrões de moralidade e eficiência administrativa. Dois deles foram aprovados na última semana, em decisão não terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ): o projeto de lei que extingue os bingos esportivos e a proposta de emenda constitucional (PEC) que atribui ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) a iniciativa da criação de varas judiciais especializadas em julgar crimes financeiros.

Para Requião, o Congresso tem alcançado resultados positivos na investigação dos chamados “crimes do colarinho branco”, mas, quando esses delitos são objeto de ação judicial, há dificuldade na definição do crime, na cominação da pena e, principalmente, na identificação do autor. O problema, de acordo com o senador, decorre de falhas de natureza estrutural do Poder Judiciário federal. A Justiça não só tem muito trabalho a fazer, como carece de pessoal especializado para julgar intrincados casos envolvendo questões de natureza financeira.

A proposta do senador é fruto das conclusões da Comissão Par-

lamentar de Inquérito dos Precatórios, que realizou suas atividades entre 1995 e 1996, tendo Requião como relator. Nas conclusões, o relatório indicava a urgência na criação de foros especiais para julgar os crimes financeiros, não só pela sua complexidade, como também pela necessidade de resguardar os recursos públicos e a poupança popular, evitando a impunidade.

— A impunidade dos “crimes do colarinho branco” constitui atualmente uma das debilidades da democracia brasileira — diz Requião na justificativa da PEC.

O projeto que acaba com o jogo do bingo em todo o território nacional, por meio da revogação de vários artigos da Lei 9.615 (Lei Pelé), “justifica-se em face das promessas não cumpridas do presidente Fernando Henrique em relação à matéria”, segundo Requião. Conforme o senador, mesmo tendo sido publicada há apenas 18 meses, a Lei Pelé está servindo para encobrir a ação de contraventores, que usam o bingo esportivo para legalizar “negócios escusos”.

Conforme Requião, apesar de o presidente Fernando Henrique ter garantido que acabaria com o bingo, as máquinas continuam



Roberto Requião pretende acabar com a impunidade dos “crimes do colarinho branco”

funcionando. No Paraná, estado de Requião, o bingo ainda não se encerrou. O senador lembra que, embora autorize a realização do bingo, em seu artigo 73, o texto proíbe as máquinas de jogo de azar. Ocorre que, no decreto e na portaria ministerial que regulamentam a matéria, o governo liberou a operação de máquinas eletrônicas programadas para a exploração do jogo do bingo, o que na opinião de Requião propiciou o ambiente para a instalação da “máfia da contravenção”.

Outros dois projetos do senador estão tramitando na CCJ, em caráter terminativo, mas com data de votação ainda indefinida, já que a sua apreciação foi adiada na última reunião da comissão. Um deles altera a Lei 8.112 para regu-

lamentar a nomeação de cargos em comissão dentro do Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis da União. O projeto estabelece a obrigatoriedade da publicação de exposição de motivos acompanhando a nomeação, para cargos em comissão, de cônjuges, companheiros ou parentes em até segundo grau da autoridade responsável pela nomeação. Assim o senador espera ver preservada a moralidade administrativa, evitando que o serviço público perca a cooperação de pessoas competentes e dignas da confiança das autoridades.

O outro projeto revoga o artigo 20 do Decreto-Lei 115, de 1967, que instituiu a cobrança de uma taxa — hoje estipulada em 2% sobre o valor das causas ajuizadas no Distrito Federal — destinada a contribuir para a construção do Palácio da Justiça de Brasília. A partir de 1980, os recursos obtidos passaram a ser utilizados na construção da sede da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do DF, obra já concluída. Segundo Requião, além de já ter cumprido seus objetivos, a taxa não poderia ser cobrada, por ser inconstitucional, não se tratando de multa, obrigação contratual, tributo ou indenização por dano.

# Francelino defende venda de ações da Petrobras

Antecipando que votará contra o projeto que objetiva impedir a operação, senador diz que ela será democrática, pois “permitirá aos brasileiros se tornarem também donos da empresa, cujo controle continuará com o governo”

A venda de ações da Petrobras foi defendida em Plenário, na sexta-feira, pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG). Ele anunciou que votará contrariamente ao projeto de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que deverá ser examinado pelo Plenário do Senado na primeira quinzena de agosto, proibindo a venda das ações da empresa.

Francelino afirmou que a venda de ações será democrática, permitindo aos brasileiros se tornarem também donos da Petrobras, cujo controle continuará com o governo. A estimativa é de que a venda das ações renderá R\$ 8 bilhões aos cofres públicos.

O senador destacou que, por força de lei, pelo menos 50% mais uma ação da Petrobras têm que ficar nas mãos do governo, que assim mantém o controle da empresa. Ele acredita que a União

não precisa de todas as ações que possui hoje para controlar a empresa, e que a venda fortalecerá o mercado de ações brasileiro.

Francelino informou também que as ações serão vendidas preferencialmente para brasileiros, podendo inclusive ser usados recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para sua compra. Segundo o senador, apenas o excedente será negociado no exterior, e o momento de venda é bom, uma vez que o mercado de petróleo está favorável.

— A Petrobras está se preparando para pulverizar suas ações, caso o projeto seja rejeitado no Senado, como acredito que será — afirmou.

## APARTES

Em aparte, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) garantiu que o governo não pretende privatizar a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica. “Qualquer coisa que se disser em contrário é inverídica”, afirmou. Arruda se aliou ao pronunciamento de Francelino e explicou que o governo apenas pretende vender ações da Petrobras, de forma que o “cidadão brasileiro do interior, qualquer cidadão, possa comprar o seu quinhão da empresa”. Arruda disse considerar importante manter o controle estatal da empresa, por ser um setor estratégico.

O projeto do senador Álvaro Dias foi rejeitado na Comissão de Assuntos Econômicos e será examinado no Plenário do Senado a pedido do autor.



Francelino: ações seriam vendidas preferencialmente para brasileiros

## Jefferson condena privatização de empresa de saneamento de Manaus

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) criticou a forma como foi privatizada a Empresa de Saneamento de Manaus. Para ele, a venda dessa empresa estatal à iniciativa privada ocorreu de forma apressada, “o que pode trazer consequências danosas para toda a população do estado, principalmente para as famílias de baixa renda, em virtude de um iminente aumento de tarifas”.

Jefferson Péres estranhou que a privatização, suspensa por duas vezes, tenha sido feita sem o amparo de uma regulamentação específica para o setor de saneamento, que permita a fiscalização dos serviços de água e esgoto. Além disso, acrescentou, o processo de licitação não foi claramente divulgado, o que gerou mais inquietação.

— A privatização da Empresa de Saneamento de Manaus privilegiou o preço em detrimento do



Jefferson Péres teme que a privatização traga “consequências danosas para toda a população do estado”

usuário — disse Jefferson Péres, que chegou a culpar o Congresso Nacional por não ter aprovado até hoje o projeto que regulamenta o processo de privatização de empresas de água, esgoto e saneamento básico.

Em aparte, o senador Geraldo

Melo (PSDB-RN) concordou com as críticas de Jefferson Péres e também se disse preocupado com as recentes privatizações de empresas de água, esgotos e saneamento básico. A seu ver, essas privatizações podem causar aumento de tarifas.

No mesmo pronunciamento, Jefferson Péres comentou estudo elaborado por uma empresa de assessoria e encaminhado ao governo federal, recomendando que sejam privatizadas várias instituições financeiras, entre as quais o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste. O senador entende que a privatização dessas instituições, bem como da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, teria que ser precedida de uma ampla discussão no Congresso. Mas adiantou: “Se o governo privatizar o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste, estará cometendo um abuso e um grave erro político”.

## Álvaro Dias apela ao governo para que cancele o leilão do IRB

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) apelou ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que, “em respeito à harmonia dos poderes da República”, cancele o edital de alienação do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) e devolva ao Congresso Nacional, “a quem compete a regulamentação das atividades de seguro e resseguro, por força do art. 192 da Constituição Federal, a responsabilidade de fazê-lo”.

Álvaro Dias denunciou “graves falhas” no processo de privatização do IRB, marcado para o dia 25 de julho. Ele lembrou que o leilão estava previsto para 25 de abril deste ano, mas foi adiado diante do questionamento do Tribunal de Contas da União quanto ao valor mínimo fixado. Além disso, acrescentou o senador, a própria lei autorizadora da privatização foi contestada no Supremo Tribunal Federal, inclusive pelo ministro Sepúlveda Pertence.

O senador lembrou que em 1999 o mercado segurador nacional teve uma receita de R\$ 26 bilhões (2,9% do PIB), enquanto para este ano há uma projeção estimada em R\$ 37 bilhões. “Para se aquilatar a importância do setor, em futuro próximo essa receita poderá alcançar 6% a 10% do PIB”, frisou.

Álvaro esclareceu que o IRB está para o mercado segurador nacional assim como o Banco Central está para o sistema bancário.

— Dentro do modelo bem estabelecido em lei, o instituto é o atual ressegurador, único, para a minimização de saída de divisas para o exterior, e suas atribuições têm sido exercidas com a maior competência ao longo de sua existência, como reconheceu o TCU em relatório de dezembro de 1998 — ressaltou.

Diante desses dados, o senador garante que a privatização interessa ao “capital apátrida e



Álvaro Dias afirma que o IRB tem exercido suas funções “com a maior competência”

às grandes estruturas e classes hegemônicas, que se escondem atrás de siglas como o FMI, a OMC, o Bird e o Conselho de Segurança da ONU, como bem disse o presidente do Superior Tribunal Militar, brigadeiro Sérgio Ferolla”.

Conecte-se ao Senado em Tempo Real

Acompanhe as atividades do Senado, no momento em que estão acontecendo.

www.senado.gov.br

# Alcântara destaca plano de qualificação profissional

Programa desenvolvido com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, dos governos estaduais e de outras parcerias garantiu em 1999 o treinamento de 2,6 milhões de trabalhadores, contribuindo para reduzir a exclusão social, afirma o senador

Os resultados do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor), que segundo dados de 1999 promoveu o treinamento de 2,6 milhões de trabalhadores no país, foram elogiados sexta-feira pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Segundo disse, a qualificação profissional é uma medida de grande alcance socioeconômico, pois aumenta a empregabilidade dos trabalhadores e a competitividade dos produtos brasileiros, além de melhorar a produtividade.

— Ao contemplar a solução de dois dos mais graves problemas socioeconômicos, a exclusão social e o balanço de pagamentos, que entravam o desenvolvimento sustentável, a qualificação profissional é um dos melhores in-



Lúcio Alcântara: programas como o Planfor têm grande alcance socioeconômico

vestimentos sociais que o Estado e a iniciativa privada podem fazer em prol dos brasileiros — afirmou Alcântara.

Promovido com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), dos governos estaduais e de outras parcerias, o plano recebeu no ano passado, segun-

do Alcântara, mais de R\$ 457 milhões em cursos de treinamento. Esse volume de recursos permitiu, de acordo com o senador, que a meta do número de trabalhadores atendidos em 1999 fosse superada em mais de 30%.

Alcântara ressaltou que o governo orientou o programa para

que fossem atendidas preferencialmente as populações mais vulneráveis ao desemprego e subemprego, destinando recursos especialmente aos municípios mais pobres e às regiões metropolitanas das grandes capitais, onde se encontram os grandes bolsões de pobreza e exclusão.

Segundo o parlamentar, o programa vem buscando direcionar as pessoas de baixa escolaridade a programas supletivos de primeiro e segundo grau. Com baixas taxas de evasão (em torno de 7%) e custos comparáveis aos dos cursos de formação de mão-de-obra mais baratos do mercado, o Planfor, informou Alcântara, vem conseguindo encaminhar seus formandos ao mercado de trabalho. Em 1999, 53% dos egressos de cursos do pla-

no foram empregados. Essa taxa chegou a 80% em alguns estados.

Esses resultados, continuou o senador, devem-se à correta orientação do Planfor, que prioriza os cursos de preparação para o trabalho no setor terciário da economia, que apresenta mais oportunidades, e para o setor primário, com concentração em agropecuária, silvicultura, pesca e extração vegetal, que são segmentos promissores.

— Sabemos que as oportunidades de emprego melhor só aparecerão quando se estiver em um ciclo positivo de desenvolvimento. Entretanto, algumas medidas vêm sendo tomadas para melhorar a empregabilidade dos egressos dos treinamentos do Planfor — disse Alcântara.

## Maldaner propõe licença-maternidade de 120 dias para empregada que adotar filho

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou projeto de lei que inclui na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) artigo fixando em 120 dias o prazo de licença-maternidade nos casos em que a empregada, inclusive a doméstica, adotar criança de até cinco anos de idade. O benefício valeria também para os casos de guarda judicial. A proposta estipula ainda que, quando a criança tiver mais de cinco anos, a duração da licença será de 30 dias.

No mesmo projeto, o senador por Santa Catarina também propõe o pagamento do salário-maternidade a todas as seguradas que adotarem crianças ou obtiverem sua guarda judicial. Para que eventuais deficiências orçamentárias possam ser resolvidas, Casildo Maldaner sugere que a previsão da concessão do benefício seja adotada a partir de 1º de janeiro do próximo ano.



Casildo Maldaner acredita que a mudança trará benefícios sociais futuros

— A licença-maternidade, associada ao pagamento do salário-maternidade, para as mães adotantes servirá para estimular as pessoas eventualmente inseguras no momento de uma decisão tão importante. O tempo de convívio permanente decorrente da licença das atividades profissionais servirá para tornar menos traumático o processo de interação psicológica e afetiva da mãe com o adotado — justificou Casildo Maldaner.

Na avaliação do senador, seu projeto também trará benefícios sociais futuros, como a redução do número de menores abandonados e a preservação da saúde das crianças adotadas, além da melhoria de seu padrão alimentar, educacional e das condições sanitárias. “Também representará uma economia substancial para o Estado, capaz de compensar, por si só, os eventuais gastos da Previdência com o citado benefício”, afirmou.

## Senador vai lançar cartilha para orientar cidadãos

O senador Casildo Maldaner anunciou que vai lançar, em breve, cartilha para orientar os cidadãos, principalmente de Santa Catarina, sobre como agir contra os mais frequentes golpes e fraudes praticados por bandidos. O parlamentar informou que a publicação, denominada *Golpes e Fraudes — Saiba como Evitar*, está sendo elaborada por seu gabinete, em conjunto com a diretoria da Polícia Civil do Distrito Federal, e já se encontra em fase final. Maldaner explicou que o objetivo maior da iniciativa é orientar pessoas comuns sobre como se defenderem de crimes contra o patrimônio pessoal. Ele observou que, com a evolução da eletrônica e da informática, o grau de sofisticação dos criminosos vem crescendo, exigindo dos agentes de segurança pública o aperfeiçoamento da repressão das ações criminosas. Entre os vários crimes citados na cartilha estão os golpes do cartão clonado, do cartão trocado, do bilhete premiado, do cheque achado e do pacote de dinheiro. A cartilha também traz informações sobre os golpes mais comuns aplicados

via Internet.

No mesmo pronunciamento, Casildo Maldaner analisou o lançamento, pelo governo federal, do Plano Nacional de Segurança Pública. Apesar de considerar “alvissareira” a iniciativa do presidente Fernando Henrique Cardoso, o senador disse que as medidas deveriam ter sido anunciadas há mais tempo. Ele criticou também a atitude do governo de anunciar o pacote de medidas sem consultar os governadores. Para o parlamentar, a solução para a escalada da violência no país passa por ações do governo na área da educação, na geração de empregos, na melhoria da distribuição da renda nacional e na modernização e reaparelhamento dos organismos policiais. Casildo Maldaner frisou que o Poder Legislativo não pode se omitir diante da situação crítica vivida pelo país. Segundo disse, é dever dos parlamentares discutir à exaustão as possibilidades legislativas que visem à proposição de novas normas e que resultem na limitação da violência.

**JORNAL DO SENADO**

Diariamente oferece ao cidadão uma visão ampla e precisa do que acontece no Senado Federal. Sem intermediários. Com a notícia imparcial, direta da origem.

Sua opinião vira notícia.  
Escreva para o Jornal do Senado - [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

## Parlamentares debatem bioindústria na Amazônia

O interesse internacional na implantação da bioindústria na Amazônia brasileira é tema do programa *Debate*, da TV Senado, que vai ao ar hoje, às 6h30, 13h30 e 19h30. Os convidados do programa são os senadores Tião Viana (PT-AC) e Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).



Gilberto Mestrinho é um dos participantes do debate na TV Senado

Atualmente, há três projetos de lei tramitando no Congresso Nacional sobre o assunto. Um deles, de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC), com substitutivo do senador Osmar Dias (PSDB-PR), foi aprovado no Senado Fe-

deral em novembro de 1998. Outro projeto, do deputado Jaques Wagner (PT-BA), incorporou modificações sugeridas por organizações não-governamentais em relação ao substitutivo do senador Osmar Dias, na parte que trata de recursos genéticos e do papel das comunidades indígenas na concessão do acesso. Além desses, tramita ainda projeto do Executivo regulamentando o acesso aos recursos genéticos e suas garantias de patenteamento aos povos indígenas.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h30 – *Debate*: Sen. Gilberto Mestrinho e sen. Tião Viana falam sobre a bioindústria na Amazônia  
7h30 – *Entrevista*: Sen. Osmar Dias faz balanço dos trabalhos da Comissão de Assuntos Sociais  
8h – *Jornal do Senado/retrospectiva* – Limites dos gastos das câmaras municipais  
8h30 – *TV Escola* – Trama no Olhar: A questão histórica  
9h – *Saúde/Unip*: Impotência sexual – 1ª parte  
9h30 – *Entrevista*: Sen. Osmar Dias faz balanço dos trabalhos da Comissão de Assuntos Sociais  
10h – Comissão de Assuntos Sociais (gravado)  
12h – *Revista Brasília*  
13h – *Jornal do Senado/retrospectiva* – Limites dos gastos das câmaras municipais  
13h30 – *Debate*: Sen. Gilberto Mestrinho e sen.

Tião Viana falam sobre a bioindústria na Amazônia  
14h30 – Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)  
18h – *Saúde/Unip*: Impotência sexual – 1ª parte  
18h30 – *Espaço Cultural*: Coral do Senado  
19h30 – *Debate*: Sen. Gilberto Mestrinho e sen. Tião Viana falam sobre a bioindústria na Amazônia  
20h30 – *Entrevista*: Sen. Osmar Dias faz balanço dos trabalhos da Comissão de Assuntos Sociais  
21h – *Jornal do Senado/retrospectiva* – Limites dos gastos das câmaras municipais  
21h30 – Teatro Arthur Azevedo – Show *Nordestemente*  
23h – *Entrevista Especial* – Jarbas Passarinho, 80 anos de política  
0h – *Jornal do Senado/retrospectiva* – Limites dos gastos das câmaras municipais

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínima) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

# Justiça já está mudando, afirma ex-ministro do STJ

Luiz Vicente Cernicchiaro enaltece CPI e diz que ela contribuiu para deflagrar um processo de transformação do Poder Judiciário

O ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Vicente Cernicchiaro criticou, no programa *Entrevista Especial*, exibido no último fim de semana pela TV Senado, a instituição de um conselho para o controle externo do Poder Judiciário. Ouvido pelo jornalista Fernando Cesar Mesquita, ele argumentou que já existe um amplo controle do Judiciário pela sociedade.

– Do ponto de vista administrativo, a prestação de contas é feita pelos órgãos aos seus respectivos tribunais de contas. Existe a possibilidade de ação popular, com a qual qualquer pessoa pode fazer uma denúncia. Um ministro do Supremo Tribunal Federal pode sofrer um *impeachment* pelo Senado. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) tem uma grande projeção política junto à sociedade. Temos um controle bastante amplo – disse Cernicchiaro, para quem a instituição do conselho defendido por alguns

poderia tornar menos combativas instituições como a OAB e o Ministério Público, ao integrarem tal órgão de controle.

Ele destacou a relevância da imprensa em noticiar possíveis distorções, e acrescentou que a CPI do Judiciário teve papel histórico. “Com a formalização ou não da Comissão Especial de Controle do Judiciário, já existe uma modificação da postura do Judiciário”, observou.

Ainda com relação à reforma do Judiciário, Cernicchiaro descartou a idéia de diminuir o poder exercido pelo Ministério Público, que, a seu ver, deveria apenas evitar “julgamentos precipitados” pela imprensa. Ele defendeu a súmula vinculante, instituto que obriga os juizes de instâncias inferiores a obedecerem, em suas sentenças, as decisões do Supremo Tribunal Federal. Para o jurista, no entanto, a súmula deveria vigorar por um tempo determinado, sendo periodicamente

revista, à medida que os ministros do Supremo que a votaram se aposentassem.

Ele analisou também a questão da violência no país. Para Cernicchiaro, que é contrário à pena de morte e à redução da idade para imputabilidade penal de 18 para 16 anos, não basta tornar a legislação mais rígida. “O que inibe o criminoso não é o tempo da pena, mas a certeza de sua aplicação”, ponderou, atribuindo o recrudescimento da violência à questão social.

O jurista presidiu o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e integrou a comissão que redigiu o projeto do novo Código Penal. Atualmente, participa da elaboração da Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito, que substituirá a Lei de Segurança Nacional (LSN). Segundo Cernicchiaro, é necessário distinguir o que seria atentado ao Estado e uma reivindicação cívica garantida pela Constituição do país.

## TV Senado apresenta em julho uma retrospectiva do primeiro semestre

A TV Senado apresenta neste mês um resumo do que aconteceu na Casa e um pouco do que foi ao ar na programação nos últimos seis meses – sessões plenárias, reuniões das comissões, uma edição especial do *Jornal do Senado*, entrevistas, debates, palestras e programas culturais.

Alguas das discussões, votações e audiências públicas realizadas pelas comissões serão exibidas todo dia às 10 horas e às segundas e sextas-feiras às 14h30. A reapresentação das sessões deliberativas do Plenário ficou para o horário de 14h30, às terças, quartas e quintas-feiras.

### ESPECIAIS

O *Jornal do Senado* preparou uma série de programas especiais com matérias e entrevistas sobre alguns temas que dominaram as atenções dos senadores e do público nestes seis meses, como responsabilidade fiscal, orçamento, fundo de combate à pobreza, reforma política, Agência Nacional de Águas, entre outros. O *Jornal do Senado* vai ao ar em vários horários durante a programação.



A equipe da TV Senado prepara a programação de julho, que terá os melhores momentos do Senado nos últimos seis meses

Às 18h30, a TV Senado vai apresentar diariamente um *show* de música ou palestra sobre temas variados. Durante as duas primeiras semanas, está programado o fórum *Paz no Planeta*, realizado de 19 a 23 de junho pela Universidade da Paz e a Unesco. Também

todo dia, às 21h30, será exibida uma retrospectiva de *shows* de música do Teatro Arthur Azevedo. Para encerrar o dia, a reapresentação de entrevistas especiais realizadas pelo jornalista Fernando Cesar Mesquita com personalidades brasileiras, sempre às 23h.

# Freire saúda avanço científico e pede apoio à pesquisa

Senador considera a decifração do código genético humano “uma conquista revolucionária” e chama atenção para a necessidade de mais incentivo aos cientistas brasileiros

O senador Roberto Freire (PPS-PE) disse que a decifração do código genético humano, o genoma, é uma conquista revolucionária, que certamente abrirá novos caminhos para a evolução do ser humano e a melhoria da qualidade de vida no planeta. Ele defendeu maior apoio e mais investimentos para os cientistas brasileiros e seus centros de pesquisa.

— Há muitas prioridades no Brasil, mas a recuperação e ampliação dos centros de pesquisa, bem como o resgate da dignidade de pesquisadores e cientistas, é a primeira delas — alertou o senador pernambucano. “Na era da revolução tecnocientífica, pensar diferente seria uma espécie de autocondenação à subalternidade e ao atraso”, destacou.



Roberto Freire diz que a recuperação e ampliação dos centros de pesquisa é prioridade do país

O avanço do conhecimento científico permitiu à Humanidade descobrir novas potencialidades produtivas, encurtar o mundo, alargar a expectativa de vida, disse Freire. “Paradoxalmente para muitos, deu-nos a esperança de

corrigir os desastres ecológicos e ambientais proporcionados pela própria atividade humana na busca de sua felicidade”, acrescentou.

Mas o senador entende que os brasileiros não devem falar e saudar apenas as vitórias obtidas nos países do chamado Primeiro Mundo. Ele propõe lembrar e elogiar, com emoção e entusiasmo, também o trabalho dos cientistas brasileiros.

— Quando voltamos nossas atenções para os cientistas da Embrapa, das universidades públicas, dos centros de pesquisa, trabalhando com escassez de material e recebendo salários irrisórios para a sua formação e competência, só podemos nos emocionar e dizer a eles: sigam em frente, nós vamos mudar o Brasil, queira a atual elite dirigente do país ou não — salientou Freire.

O senador aproveitou o pronunciamento para apresentar à sociedade brasileira o nome de Ciro Gomes como alternativa à Presidência da República.

## Simon registra a realização em Brasília da 52ª Reunião Anual da SBPC

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) registrou a realização, entre os dias 9 e 14 de julho, da 52ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, no campus da Universidade de Brasília. Convidado a participar do evento, o senador debaterá numa mesa-redonda assuntos veiculados pela mídia e problemas como a violência.

Segundo Simon, o tema a ser abordado na reunião da SBPC deste ano será *O Brasil na sociedade do conhecimento: desafio para o século XXI*. Ele acrescentou que desde março último o Laboratório de Estudos do Futuro, da UnB, e a Secretaria Regional do Distrito Federal da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência vêm promovendo debates com vistas à preparação do evento.

A Universidade de Brasília divulgou um manifesto pela educação, ciência e tecnologia, informou o senador, acrescentando que o documento trata de questões essenciais para o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro,



Pedro Simon alerta que o Brasil precisa investir mais em ciência e tecnologia

em face da inserção do Brasil na economia globalizada.

— O Brasil investe muito pouco em ciência e tecnologia, embora tenhamos um material excelente e uma boa rede de universidades e de centros de pesquisa. Isso tem que ser mudado, sob pena de sermos condenados eternamente a um segundo plano entre as nações. Acho que a reunião da SBPC será uma grande oportunidade para debater a fundo essa questão — disse.

Sobre o manifesto da UnB, o senador observou que ele evidencia,

de forma flagrante, o declínio dos investimentos governamentais nas universidades públicas, gerando a desaceleração do desenvolvimento econômico e social do país.

O manifesto indica também, afirmou Simon, que um volume razoável de investimentos viabilizará um novo paradigma sociotécnico, que agrupará empresas, organizações, instituições, e criará as condições para que a sociedade brasileira possa entrar em um processo acelerado de modernização tecnológica, resgatando, com isso, a dívida social do país.



Para José Jorge, participação da Unesco no Brasil, em diversas áreas, é expressiva

## José Jorge destaca trabalho realizado pela Unesco no país

O senador José Jorge (PFL-PE) elogiou na sexta-feira a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), instituição internacional que, na sua opinião, presta expressiva contribuição ao desenvolvimento do Brasil. Segundo o parlamentar, o trabalho realizado pela Unesco, pelo seu significado, pela sua dimensão e competência, representa “o eco das ruas e do povo” brasileiro.

José Jorge, coordenador do grupo de parlamentares Amigos da Unesco, ressaltou a ascensão recente de Koichiro Matsuura a diretor-geral da instituição. Acrescentou ter esperanças e expectativa de que, com a visão universal e sensibilidade do novo dirigente da Unesco, seja possível valorizar ainda mais países que, como o Brasil, buscam ser vistos não apenas como ente geográfico, mas “como um povo em busca de auto-afirmação no concerto mundial”.

Após fazer um histórico da Unesco desde a sua criação, em 1945, ao fim da Segunda Guerra, e da sua instalação no país, em 1972, José Jorge citou as várias atividades desenvolvidas pela instituição no Brasil. Ele destacou as ações nos setores de educação, cultura, ciência, tecnologia, comunicação, informática, meio ambiente, gestão social e direitos humanos.

— A Unesco não é somente um importante parceiro nas áreas citadas. Vejo-a como uma entidade com experiência universal de cooperação técnica e científica dentro do Brasil, como o organismo internacional mais importante para um país que não quer ser apenas grande na geografia física, mas gigante na geografia humana de transformação do indivíduo em cidadão — elogiou o senador.

O senador por Pernambuco enfatizou a presença da Unesco no Brasil, por meio de convênios de cooperação técnica, em 21 estados e 11 capitais. São programas de acompanhamento dos problemas da juventude e outros relacionados à violência, orientando e sugerindo alternativas de políticas públicas. Há inclusive propostas de apoio ao Plano Emergencial de Segurança Pública, recentemente lançado pelo governo, e ao programa Comunidade Solidária.

Outra área de destaque na atuação da Unesco no país, de acordo com José Jorge, é a educação. Além das contribuições que oferece ao Plano Nacional de Educação, a Unesco mantém cooperação com o Ministério da Educação, com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, com a União Nacional de Dirigentes de Educação e diversas outras entidades.